



Narrar Experiências: A Relação entre as Narrativas Orais e a Memória de Pontinha¹

Luciana Amormino²

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Este artigo discute a relação entre narrativa oral e memória, tomando como *corpus* de análise algumas narrativas orais produzidas e compartilhadas pelos guardiões da memória da comunidade negra de Pontinha (MG), contadas em situações cotidianas. Tais narrativas são reelaboradas a cada contar, num processo comunicativo em que experiência individual e coletiva se misturam, configurando uma tradição que se faz presente desde o início da formação da comunidade até os dias de hoje.

Palavras-chave

narrativa; memória; experiência; oralidade

Introdução

A sabedoria popular, o misticismo, a história, a memória, a literatura oral, a escrita e a ausência dela reunidos nos cantos e encantos de um lugar. Esse lugar é Pontinha, comunidade formada por descendentes de escravos, pertencente ao município de Paraopeba (MG). Ali florescem lendas e causos, contados na beira de um fogão a lenha ou em reuniões de amigos no centro da comunidade, cujos moradores somam cerca de dois mil. Testemunhas não faltam para os casos do nível do maravilhoso que correm de boca a boca, de geração a geração e que parecem ser importante instrumento para a reelaboração da memória da comunidade, que se orgulha de ser descendente de Chico Rei e que tem grande interesse em manter a tradição do lugar.

A própria história da fundação da comunidade, compartilhada entre seus moradores, baseia-se num mito de origem que vem sendo reconstruído oralmente ao longo dos anos, aqui recontado a partir das narrativas orais da comunidade registradas em 2005, fruto de trabalho de pesquisa independente desenvolvido pela autora³:

¹ Trabalho apresentado ao NP Folkcomunicação, VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

² Mestranda em Comunicação e Sociabilidade pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em História da Cultura e da Arte pela UFMG e graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). E-mail: luamormino@gmail.com

³ Este trabalho consistiu no registro em áudio das narrativas orais contadas com os narradores de Pontinha, *in loco*, utilizando metodologia de história oral. Ao longo do artigo, alguns trechos desses depoimentos serão inseridos.

Antes mesmo de chegar ao Brasil, Chico Rei e o povo que formaria Pontinha deixaram a África e, na viagem para o país onde seriam escravizados, aconteceu um acidente com o navio. Foram salvos das águas por um peixe salva-vidas. Chegaram a Ouro Preto, onde seus braços fortes contribuíram para enriquecer a Metrópole com o ouro que das minas extraíam. Depois de alguns anos, Muzinga, filho de Chico Rei, conseguiu comprar sua alforria e de outros escravos, que o acompanharam na procura de um lugar onde pudessem se estabelecer. Após terem percorrido longo trecho carregando grande quantidade de ouro, acabaram recebendo um pedaço de terra de um padre de nome 'Moreira Barbosa', cujo sobrenome passaria a ser adotado pela maioria dos moradores do lugarejo. Era uma 'pontinha' de sua fazenda, com extensão de 510 alqueires. Ali, as famílias se estabeleceram, criaram raízes e espalharam para os 'filhos da terra' todos os encantos que exalavam daquela região.

O mito de origem é apenas uma das narrativas orais que ali circulam, contadas por narradores eleitos como guardiões da memória, não somente pelo critério de idade, mas também pelo interesse que possuem em manter a tradição do lugar: Carlos Moreira Barbosa, presidente do Congado, que, com 78 anos é um dos membros mais velhos da comunidade; Euriza Moreira Barbosa, 57 anos, ex-vereadora de Paraopeba; José Geraldo Alves, 59 anos, vice-presidente do Congado; e Florentina Gonçalves do Espírito Santo, 61 anos, vice-presidente da Associação Comunitária de Pontinha, entre outros.

Além do mito de origem, outras lendas como a da Lagoa Dourada e do Boi Encantado são narrativas orais transmitidas de pai para filho em Pontinha. Tais histórias são reconstruídas ao longo dos anos pelos narradores cuja arte, segundo Walter Benjamin (1987), "está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente" (BENJAMIN, 1987: 197). No entanto, em Pontinha, lugar onde a oralidade ainda tem grande força na sociabilidade da comunidade, a arte de narrar experiências individuais e coletivas ainda é forte: constitui-se uma prática comunicacional que resiste à influência dos grandes meios de comunicação e parece continuar sendo importante fator de produção simbólica e discursiva, que influi na sociabilidade dos moradores de Pontinha.

A experiência na narrativa

Em Pontinha, pessoas como Sr. Carlos, D. Euriza, D. Florentina, Sr. José e Sr. José Geraldo, entre outros, deixam de ser apenas contadores de causos para

incorporarem a postura de narradores, “uma criação da pessoa”, de acordo com a concepção de Nádya Battella Gotlib (1998), e repassam os contos orais que herdaram de seus antepassados. Para tanto, utilizam-se de instrumentais que vão além do próprio contar.

A voz do contador, seja oral ou seja escrita, sempre pode interferir no seu discurso. Há todo um repertório no modo de contar e nos detalhes do modo como se conta – a entonação da voz, gestos, olhares, ou mesmo algumas palavras e sugestões – que é passível de ser elaborado pelo contador, neste trabalho de conquistar e manter a atenção de seu auditório. (GOTLIB, 1998: 13)

O momento da criação das narrativas é incerto, mas o que se percebe é a fluidez com que são reelaboradas de narrador para narrador, e recontadas a partir das experiências individuais de cada um, formadas na relação com o outro. Adriano Duarte Rodrigues (1994) considera a experiência como “um conhecimento que se possui no presente, mas que se refere, no entanto, sempre a algo de ausente que se reporta ao passado e se considera como perdido” (RODRIGUES, 1994: 101). Ao mesmo tempo em que são contadas no presente, as narrativas orais de Pontinha trazem pontos tanto do passado quanto do cotidiano do narrador. O ato de narrar pode ser considerado, retomando Rodrigues, como uma forma de atualização do passado para dotar de sentido o presente.

Na visão benjaminiana, o narrador diferencia-se do romancista por retirar da sua experiência o que ele conta, bem como da experiência relatada pelos outros. Estas misturam-se às experiências dos ouvintes, que as assimilam às suas próprias experiências e as recontarão um dia, contribuindo para sua manutenção.

Ela [a narrativa] mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com a descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica. (BENJAMIN, 1987: 205)

A marca do narrador, comparado por Benjamin a um artesão, é impressa em cada narrativa oral de Pontinha. Cada um deles apresenta uma versão do que é contado, de acordo com sua experiência de vida e sua própria memória. No entanto, tal variedade de versões, de detalhes, reelaborados ao longo da existência das próprias narrativas, pode

ser uma característica da criação artesanal dos narradores, esses artesãos cuja matéria é a vida humana, segundo a concepção benjaminiana.

Ecléa Bosi (2001) reflete que toda narrativa, uma forma artesanal de comunicação, mistura-se com a história dos próprios narradores. Em Pontinha, essa característica é visível: quando o próprio narrador não é testemunha do acontecimento, ele atribui a alguém de sua confiança, como o pai ou avó, a veracidade dos que está sendo contado.

Tomando o mito de origem da comunidade como objeto de análise, pode-se observar a pluralidade de versões que circulam na comunidade revelam a escolha do que deve ser preservado e do que deve ser suprimido, os jogos de poder presentes em cada discurso.

Sr. Carlos, por exemplo, enfatiza em sua versão do mito de origem da comunidade a importância da tradição do Congado, que teria herdado de seu pai. O Congado, que faz parte da sua própria história de vida, ou de sua experiência, ganha destaque em sua fala:

Eu acho que Chico Rei era desse negócio de congo. Ele veio para o Brasil e fundou o congado, em 1870. No caso, eles estavam na África, mas falavam que não ia deixar eles atravessar no mar porque eles não era batizado. Aí, o padre Moreira pegou e fez a representação e batizou todo o mundo: mulheres e crianças eram Maria, e os homens não sei se eram Francisco ou José. Aí mataram muita gente, muitos meninos e foi muita confusão, só você vendo, viu. No caso, eles vieram, atravessaram e criaram o congado aqui e também em Ouro Preto. Em Ouro Preto, o padre Moreira falou com eles: ‘vocês comprem ao menos uns 30 hectare de terra para vocês morarem porque é melhor’. Aí, eles vieram como escravos, vieram direto para Ouro Preto. Eles chegaram e fizeram muita coisa em Ouro Preto, trabalhou demais, como escravo, trabalhou muito, fez a fundação das minas de ouro, arrancou muito ouro. Chico Rei falou para seu filho Muzinga: ‘Oh, vocês comprem um hectare de terra que dá pra vocês morarem, e fica vocês com a sua família, porque o ouro não é dinheiro’. Então, eles disseram que eles desceram aqui para baixo e foram para Diamantina, depois que Chico Rei morreu em Ouro Preto. No caso, ele pegou e comprou uma pontinha de terra, por isso aqui hoje chama Pontinha. Chico Rei pediu que o povo não vendesse para gente estranha, para o povo de fora. Que eles criassem isso como uma comunidade, mas as escrituras da Pontinha, que foi passada para eles, queimou. Dizem que tem ouro escondido aqui dentro da Pontinha, dentro da terra, mas eu não estou achando que pode ser verdade isso porque não é possível, tanta gente já furou tanto buraco e não achar essas partes de ouro? Dizem que tem umas 30 arroba de ouro escondida aí, no meio da terra. No caso, então, Muzinga pegou e fez a guarda de congo, e foi uma coisa muito bonita. Assim que ele chegou aqui, ele criou e a guarda de congo foi começada nesse ano, em 1870. Então começou isso e foi criando, criando, e hoje graças a Deus nós estamos vendo a tradição, que foi uma coisa muito boa, muito boa mesmo.

(Trecho de depoimento de Carlos Moreira Barbosa, 17/12/2005)

Euriza, que ouvia de seu pai tais relatos, valoriza o lado místico da história, dando a ela estatuto de maravilhoso. Ela é a única pessoa que menciona o naufrágio e o salvamento dos escravos por peixes salva-vidas. Diz que ouviu essa história de um escravo alforriado quando ainda era menina e que, portanto, a fonte de suas informações seria verdadeira.

Nós somos de descendência de Chico Rei. Tinha o Muzinga, que era filho de Chico Rei. O Muzinga, a Mariazinha, toda descendência dos escravos. Esse pessoal foi embora e a gente ficou. O Chico Rei foi embora também. Até tinha um mestre de congo que eu conheci quando tinha a faixa de 12 anos, num encontro de congado de Eldorado e de Sete Lagoas, ele me contou uma história bonita. Diz ele que, na época que eles vieram para cá, que atravessaram o mar, que eles foram quase todos salvos pelo peixe salva-vidas. Eles vieram da África, mas não sei por onde eles passaram, porque teve uma parte que eles foram salvos pelo peixe. Eles acabaram fugindo quando chegaram no Brasil. Ele contava que o avô dele, o bisavô dele, foram todos salvos pelo peixe-salva vidas. Esse peixe que jogou eles para fora do mar. Na época, a gente nem pensava nada, porque podia ter aprofundado, com essas pessoas principalmente, mas a gente não tinha noção. (...) Então, foi assim: meu pai contava que na época da escravidão, vieram mais de 60 famílias da África, então quando foram os escravos libertados, eles saíram fugindo, então antes de chegarem nessa comunidade que é Pontinha, eles passaram por Pompéu. Não pode vir passando pela rodovia, porque eles vinham trazendo muita barra de ouro, então passaram por Pompéu, de Pompéu ficaram acampados aqui na comunidade e ficaram uma temporada. E nessa temporada, veio um padre com eles chamado Padre Antônio Moreira. Então, esse pessoal ficou aqui nessa comunidade uma temporada. Depois, uns quiseram ir embora e outros quiseram ficar. Daqui, eles foram para Diamantina. Ficaram aqui na comunidade 60 famílias, que somos nós hoje, como diz, os galhos. Na época, quando o padre foi embora, há uns 200 anos atrás, o padre doou este terreno para essas 60 famílias que ficou aqui na Pontinha. Então por isso aqui tomou o nome de Pontinha, mas a realidade não é Pontinha. É porque na época, quando o padre doou, como meu pai contava, o padre falou assim: “Eu vou doar essa Puntinha de terra!” Era uma puntinha de terra que foi medida, deu 510 alqueires, fora os pântanos. Então essa área de terra foi doada para essas 60 famílias. E por ter doado uma “puntinha” de terra, então a comunidade recebeu o nome de “Pontinha”. É uma pontinha de terra porque, para o padre, era um pedacinho pequeno. Era uma pontinha de terra só. Por isso tomou o nome de “Pontinha”, porque era um pedacinho de terra pouca, para você vê, 510 alqueires na época era pouco. Então essa terra foi doada para essas 60 famílias que somos nós hoje.

(Trecho de depoimento de Euriza Moreira Barbosa, 17/12/2005)

Tomando a discussão de Michel Foucault (1987) sobre o uso ideológico da história como função conservadora e os jogos de força que estão subtendidos nos

discursos, podemos perceber que, a cada relato sobre a origem de Pontinha, evoca-se certo detalhe, valorizado por cada um dos contadores. O discurso, a partir do olhar de Foucault, passa a ser um bem disputado entre eles. Sr. Carlos, por exemplo, enfatiza a relação de Chico Rei com o Congado, do qual ele é presidente; Euriza, por sua vez, reforça o detalhe sobre o peixe salva-vidas, história que ela própria teria ouvido de um escravo. Desse modo, cada qual privilegia a origem da comunidade sob seu ponto de vista. No caso de Pontinha, os arquivos-vivos, que são, segundo o autor, “a lei do que pode ser dito” (FOUCAULT, 1987: 146), ganham lugar de destaque num universo discursivo que privilegia a manutenção da memória e da tradição. Sob as direções do arquivo-pessoa, novas regras para a comunidade são criadas, legitimadas pelo saber histórico que cada um deles domina. Desse modo, justifica-se a posição de destaque legada aos contadores da história de Pontinha pelos demais membros da comunidade, numa relação que vai além do respeito, mas passa pela valorização do saber histórico que possuem.

Alguns elementos são recorrentes nas versões aqui expostas: a descendência de Chico Rei, o motivo do nome Pontinha, o ouro escondido nas terras e a participação do Padre Moreira Barbosa. Outros detalhes como o salvamento pelo peixe salva-vidas, a compra ou doação da terra, o destino dos escravos, a forma como se deu sua chegada e a sua relação com o Congado são variáveis. Os elementos recorrentes podem ser considerados como aquilo que se pretende partilhar e adotar como memória do lugar, como a valorização dos ancestrais, associados à bravura de Chico Rei, e da terra, onde estariam escondidos potes de ouro trazidos pelos escravos.

Memória: entre o individual e o coletivo

Quando falamos em memória, parece que alguns elementos parecem ser do domínio individual, como a experiência passada, que se mistura à experiência presente. No entanto, essas próprias experiências do passado, aparentemente vindas do domínio individual, são construídas na relação com o outro, ou seja, na esfera do social e do coletivo. É nessa interseção e na tensão entre o individual e o coletivo que se reelabora a memória, trazendo elementos dos dois âmbitos e tanto do passado quanto do presente.

A manutenção, a transformação ou o desaparecimento de um enunciado ao longo do tempo, segundo Paul Zumthor (1997), teria relação com a característica de seletividade que a memória possui, bem como a tensão entre o individual e o coletivo.

Nos lugares de cultura tradicional, por exemplo, a seletividade é peculiar a cada intérprete, que, segundo o autor, possui seu próprio repertório, retirado do acervo memorial da comunidade e frequentemente flutuante no curso dos anos.

Em Pontinha, percebe-se que um dos principais elementos fundadores da memória da comunidade é o mito de origem, sobre o qual discorremos anteriormente. Trazendo elementos tanto individuais como coletivos, o mito de origem parece ser o fator de coerência em torno do qual a prática comunicativa de narrar experiências – também individuais e coletivas – se fortalece.

Segundo Jacques Le Goff (1996), “o primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento aparentemente histórico à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (LE GOFF, 1996: 424). A comunidade de Pontinha, apesar de já ter contato com a escrita, descende de escravos que não possuíam acesso à leitura. Dessa forma, seriam os mitos de origem partilhados oralmente ainda o fator de coerência para a reelaboração da memória coletiva de Pontinha?

O que se percebe é que, nesse processo, o passado, através da voz dos contadores, é constantemente rememorado e reconstruído a cada contar. Para Andréas Huyssen (2000), “as estratégias de rememoração podem afinal, ser elas mesmas transitórias e incompletas” (HUYSEN, 2000: 37). Trata-se não de uma memória imortalizada em um documento e arquivada para consulta. Por ser uma memória oral, transmitida pelos arquivos vivos, ela se torna uma memória viva, edificada conforme o saber e o interesse individual do contador.

A característica individualizada da memória já foi apontada por Henri Bergson (1999), em *Matéria e Memória*, em que analisa a memória pura lembrada e revivida através de imagens de uma maneira individualizada, atribuindo à memória uma função decisiva no processo psicológico total. Em seus estudos, Bergson se debruça sobre o entendimento das relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente. No espírito estaria conservada a memória individual de cada ser humano, revelada em forma de imagens-lembranças, que se encontrariam em sua forma pura nos sonhos e devaneios, diferenciando, assim, memória e percepção.

A memória, praticamente inseparável da percepção, intercala o passado no presente, condensa também, numa intuição única, momentos múltiplos da duração, e assim, por sua dupla operação, faz

com que de fato percebamos a matéria em nós, enquanto de direito a percebemos nela. (BERGSON, 1999:77)

Por outro lado, Maurice Halbwachs (1990), sociólogo da tradição da sociologia francesa, herdeiro de Émile Durkheim e primeiro estudioso das relações entre memória e história pública, defende a idéia de memória coletiva, formada a partir de influências do meio social ao qual o indivíduo está inserido. Em seus estudos, volta o olhar não apenas para a memória em si, mas para os quadros sociais da memória. Para ele, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Assim, cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, aquela criada a partir das relações sociais e do reconhecimento do indivíduo nessas relações.

Não há na memória vazio absoluto (...) Para Bergson, o passado permanece inteiramente dentro de nossa memória, tal como foi para nós; porém alguns obstáculos, em particular o comportamento de nosso cérebro, impedem que evoquemos dele todas as partes (...) não subsistem em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado as quais nos representamos de modo incompleto ou indistinto. (...) na realidade o que tomávamos por um espaço vazio não passava de uma região pouco definida, da qual nosso pensamento se desviava, porque nela encontrava poucos vestígios. Uma vez que nos indiquem com precisão o caminho que temos que seguir, esses traços se evidenciam, os ligamos um ao outro. (...) Então eles existem, porém eram mais marcantes na memória dos outros do que em nós mesmos. (HALBWACHS, 1990: 77)

A relativização de Halbwachs sobre a teoria de Bergson traz uma abordagem mais sociológica da memória: enquanto para Bergson essa memória seria resultado de um esforço subjetivo, para Halbwachs essa lembrança seria acionada pelas relações sociais estabelecidas pelo sujeito. Assim, não haveria uma lembrança pura. O que é lembrado, a forma como o é e a ação de lembrar já estaria permeada pelo presente, pelo que está atual.

Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (...) Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social. Dessas combinações, algumas são extremamente complexas. É por isso que não depende de nós fazê-las reaparecer. É preciso confiar no acaso (...) A sucessão de lembranças

(...) explica-se sempre pelas mudanças que se produzem em nossas relações com os diversos meios coletivos. (HALBWACHS, 1990: 77)

Diante da idéia de Halbwachs de que a memória seria desencadeada pela vida atual do sujeito, principalmente a partir de suas relações sociais, que, se lembramos é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar, Bosi (2001) considera: “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 2001: 55). Assim, as narrativas orais de Pontinha apresentam tanto aspectos individuais quanto coletivos, misturados a elementos do presente e à experiência de cada narrador. Tais narrativas mantêm-se no presente de forma viva, e reelabora-se a cada contar, num processo que pode contribuir para a sua manutenção como elemento socializador da comunidade.

Pensando a narrativa

Além do mito de origem, outras narrativas orais possuem grande destaque na vida social de Pontinha, como as lendas da Lagoa Dourada e da Gruta da Lapinha. A Lagoa Dourada é uma grande lagoa – com mais de três quilômetros de extensão – cuja origem é associada à blasfêmia contra uma procissão. Conta-se que, onde há a lagoa atualmente, existiria uma cidade submersa, chamada “Terra Azul”. Uma procissão passava e algumas pessoas estavam dançando num boteco. O padre, então, pediu a eles que parassem de dançar, para que ele passasse com o Santíssimo. Nada feito. Ninguém atendeu ao seu pedido. Uma mulher até se atreveu a cantar uma tal música “As cadeira me dói” e nem deu atenção ao padre. Este passou com sua procissão até a igreja. No momento em que o padre levantou o Santíssimo, as águas invadiram a cidade que, submersa, tornou-se a Lagoa Dourada, com seus encantos. No centro da lagoa, ninguém se atreve a passar. Dizem que o casco do barco esbarra no que seria a torre da igreja, e acontecem redemoinhos que sugam o invasor. Teve uma vez que dois homens foram pescar na Lagoa Dourada, numa quinta-feira santa. Eles estavam no meio da lagoa quando viram uma maré alta se aproximar. Disseram que tinham que ir embora, porque parecia que havia uma pessoa dentro das águas. Alguma coisa indefinida se aproximava, e eles não conseguiam sair. Foi quando a tal coisa se aproximou de tal forma que fez o bote rodar. Eles rodaram e não voltaram mais à lagoa.

Contam que, de outra feita, dois senhores morreram embaraçados na rede, e foram encontrados dentro d'água. Para a surpresa de todos, não haviam bebido uma gota d'água sequer. Outros relatam que muitas pessoas costumavam lavar roupa na lagoa. Certa vez, uma mulher estava com sua filha, lavando roupa, quando uma moça muito bonita se ofereceu para cuidar da criança. Quando a mãe terminou, lembrou-se da filha e ficou desesperada, pensando que ela tivesse sido roubada. De repente, a moça saiu de dentro da lagoa e lhe entregou a menina, sã e salva. De outra feita, uma mulher lavava uma gamela, quando uma mão saiu de dentro da lagoa e tomou-lhe a gamela.

Euriza conta que seu pai, ainda rapazinho, via um garrote bonito nos arredores da lagoa. Era um garrote vermelho, que aparecia ao meio dia e andava com metade do lombo vermelho dentro das águas, até se afundar. Um dia, um escravo chamado Antônio de Jeto atirou no boi e, depois disso, ele nunca mais apareceu na lagoa. Quebrou o encanto. Também ao meio dia, segundo conta D. Florentina, seu pai costumava ver uma árvore embaúba que ora aparecia dentro da lagoa, ora sumia. Outro bicho que por lá aparecia era uma piranha enorme, cujo olho era do tamanho de uma roda de carro de boi.

Contam também que, no centro da lagoa, há várias moitas encantadas que mudam de lugar. D. Florentina é testemunha disso; afirma já ter visto as moitas se mexerem. Diz que quem passa com o bote entre as moitas, quando retorna, não volta para o mesmo lugar, porque as moitas já não estão onde estavam. Ficam, então, perdidos dentro da lagoa. A não ser as moitas que mexem, e que uns e outros ainda vêem, os outros encantos da lagoa não são mais vistos. José Geraldo Alves explica o possível motivo:

Tinha muita coisa que era encanto mesmo. Agora se perdeu. O único encanto que tem lá é a lagoa mesmo, o que ainda resta dela, mas hoje já não tem mais aquela tradição que tinha antigamente. Tudo através de abusão, aqueles que não tinham fé nem religião, abusavam demais, e Deus acabou com isso.

(Trecho de depoimento de José Geraldo Alves, 17/12/2005)

Já a Gruta da Lapinha é um lugar milagroso, sagrado para os moradores de Pontinha. Reza a lenda que uma escrava teria dançado dentro da gruta e uma pedra caiu em sua cabeça, matando-a.

Esses dois lugares naturais de destaque nas terras de Pontinha por sua beleza ganharam estatuto de encantados. Assemelham-se aos monumentos, já que são legitimados como símbolos da comunidade e trazem em si parte da história de Pontinha,

de conhecimento de todo morador. São lugares de memória, a partir dos quais são reelaboradas narrativas que assumem uma função utilitária dentro da comunidade, servindo de elemento tanto para a manutenção de sua memória quanto para o repasse de ensinamentos aos mais jovens, num processo dinâmico de criação.

Tomando essas narrativas como um processo de criação artesanal, reelaborada constantemente e mantida ao longo dos anos, pode-se questionar se a longevidade textual que apresentam seria uma característica de seu caráter literário. Para Luiz Costa Lima (1975),

a longevidade artística, como bem se sabe, resulta da capacidade do texto constantemente se metamorfosear diante de situações históricas novas. Poderemos neste rumo acrescentar que esgotada a função mítica, um mito pode-se manter se lhe for possível assumir uma nova função: a função literária. (LIMA, 1975: 28)

Em *Literatura e Sociedade*, Antônio Cândido (1965) reflete que “a grandeza de uma literatura, ou de uma obra, depende da sua relativa intemporalidade e universalidade, e estas dependem por sua vez da função total que é capaz de exercer (...).” (CÂNDIDO, 1965: 54) Para o autor, a função total seria o resultado da elaboração de um sistema simbólico que exprime representações individuais e sociais, que vão além da situação imediata, inscrevendo-se no patrimônio do grupo. Embora as narrativas orais de Pontinha estejam ainda dentro do domínio da comunidade, o fato de extrapolarem o momento em que foram criadas e continuarem sendo reelaboradas como produto cultural da comunidade poderia mostrar como sua função total estaria sendo cumprida. Por outro lado, além da função total de representação, as narrativas orais de Pontinha também apresentam uma função social, já que encerram em seu discurso valores e tradições relativos à comunidade. Segundo Vera Lúcia Felício Pereira (1996) “os contos orais exercem em seu contexto a função social de ensinar às gerações um modo de conciliação do muito novo e do extremamente antigo, mesmo arcaico, ideando uma colagem que sugira os caminhos do que se pensa moderno sem o abandono do passado.” (PEREIRA, 1996: 62) Tal afirmativa vem ao encontro do que Benjamin (1987) coloca sobre a dimensão utilitária das narrativas:

Ela [a narrativa] tem sempre em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. (BENJAMIN, 1987: 200)

As narrativas de Pontinha – os contos da Lagoa Dourada, do Boi Encantado e da Gruta da Lapinha – refletem bem essa característica. Em todas elas há referência a alguma contravenção feita pela personagem principal e sua punição, encerrando em si um ensinamento para os ouvintes, principalmente para as gerações mais novas. As lendas da Lagoa Dourada e da Gruta da Lapinha, por exemplo, dizem respeito à blasfêmia contra a religião católica e ditam normas de conduta. Dessa forma, acabam por fazer o elo que Pereira menciona entre o passado e o presente, lembrando a tradição e os valores da comunidade.

O ar é o suporte

Apesar de não ser uma comunidade sem escrita – Sr. Carlos, uma das pessoas mais velhas da comunidade, por exemplo, é filho de analfabetos e estudou até a terceira série do Ensino Fundamental – a descendência de escravos aponta a presença forte da oralidade que, até os dias atuais, possui um papel muito importante no processo de socialização da comunidade, embora tenha acontecido o advento da escrita. O que se percebe é que a memória coletiva de Pontinha parece continuar sendo reelaborada fundamentalmente a partir das narrativas orais que ali circulam.

Partindo da problematização entre escrita e oralidade, Zumthor (1997), ao analisar a poesia oral, caracteriza a memória a partir de três elementos: sua seletividade, as tensões que ela gera e sua globalidade. O primeiro diz respeito às escolhas feitas pelo narrador, à memória individual determinada pelo repertório de vida de cada um. No caso das narrativas orais de Pontinha, pode-se perceber que esse aspecto justificaria a quantidade de versões de um mesmo conto. O segundo diz respeito à tensão entre o individual e o coletivo e, o terceiro, ao domínio global que a memória possui e a importância que ela tem para o coletivo, o que se pode observar principalmente no caso das narrativas orais.

A memória realmente, para as culturas de pura oralidade, constitui-se – no tempo e parcialmente no espaço – o único fator de coerência. À medida que se expande o uso da escrita, sua importância social decresce, assim como seu poder sobre os indivíduos – lentamente e não sem arrependimento. Nada a eliminará jamais. (ZUMTHOR, 1997: 232)

Para Bosi (2001), o instrumento socializador da memória é a linguagem, independente de como ela se apresenta. “As convenções verbais produzidas em sociedade constituem o quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva” (BOSI, 2001: 56). Já Henri Atlan (1972) considera que antes mesmo da linguagem falada, já existiria uma linguagem sob forma de armazenamento da informação na memória.

A utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória que, graças a isso, pode sair dos limites físicos do nosso corpo para se interpor quer nos outros, quer nas bibliotecas. (ATLAN, 1972, *in* LE GOFF, 1996: 461).

Sendo assim, a linguagem tanto oral quanto escrita teria a mesma função: registrar a memória existente no discurso. O que diferenciariam as duas formas de linguagem, portanto, seriam os instrumentos para a elaboração dos discursos: os contadores lançam mão do ato de contar, de representar, para expor sua memória. O arquivo é o próprio corpo e, o ar, o suporte no qual são lançados os discursos por eles proferidos. No caso da escrita, o suporte é o papel ou o arquivo eletrônico.

Em ambos os casos, pode ser levado em consideração o conceito de arquivo segundo Foucault (1987): “São todos esses sistemas de enunciado (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho a chamar de arquivo” (FOUCAULT, 1987: 142), situado entre a tradição e o esquecimento. Independentemente do suporte usado para registrar a memória, o arquivamento existe e é o responsável por sua manutenção, uma vez que está entre a tradição e o esquecimento. Volta-se para o passado, com vistas a construir o futuro, sem perder de vista aquilo que deve ser lembrado, o que foi legitimado pela memória coletiva. Dessa forma, as narrativas orais tomadas aqui como fruto de um arquivamento feito pelos guardiões da memória, relacionam-se tanto com o passado quanto com o presente. Trazem em si aspectos que reforçam a memória da comunidade e, com isso, acabam por relacionar-se também com a memória individual e coletiva de seus membros.

Le Goff (1996) considera que a memória é “um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e da sociedade de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 1996: 147). A existência de uma memória coletiva geraria um sentimento de

pertencimento, um despertar para as tradições, o que pode acontecer tanto via narrativas ou mitos, quanto por meio dos ritos.

Em Pontinha, além do mito de origem, os ritos continuam rememorando uma tradição do passado: o Congado e a Folia de Reis continuam exercendo suas atividades, apesar de contar com poucos membros jovens; os recém-nascidos ainda recebem o sobrenome *Moreira Barbosa*, em homenagem ao padre que teria acompanhado os escravos formadores da comunidade. Fizeram, em 2004, a primeira festa Quilombola; a escola de samba continua se apresentando em municípios vizinhos como Paraopeba e Caetanópolis; as Pastorinhas pretendem retomar a tradição de cantar de casa em casa.

Quando se percebe que a comunidade tem a intenção de se organizar, manter seus costumes e repassá-los aos mais novos, pode-se conjecturar a necessidade de uma afirmação da identidade negra, das raízes escravas de que tanto se orgulham. O que se percebe é que as narrativas orais, as tradições e causos assumem um papel de fator relevante na reelaboração da memória coletiva da comunidade, consciente de suas origens. É a reafirmação da memória coletiva, do mito de origem que unifica e converge a história oficial para caminhar junto com a voz dos narradores. É o saber mítico dos guardiões da memória, legitimado e valorizado pelos membros da comunidade. Verifica-se, nas falas dos contadores, o zelo para que a memória seja constantemente atualizada e divulgada para os mais jovens. Não é por acaso que, como conta Sr. Carlos, acontecem freqüentemente reuniões para passar a eles esses conhecimentos orais, numa forma de sociabilidade que remonta aos tempos antigos. “Hoje eu falo com a turma: nós temos que pensar e conhecer o nosso lugar. E, geralmente, a gente pede ao povo aqui da Pontinha para termos mais união e conhecimento a respeito de Pontinha.” (Trecho de depoimento de Carlos Moreira Barbosa, 17/12/2005). E é assim, nessas reuniões no centro da comunidade, na associação comunitária ou na beira de um fogão a lenha, que o “conhecimento a respeito de Pontinha” vai se formando, assim como vai sendo reelaborada, reinventada e recontada a própria memória da comunidade.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3ª edição, 1987.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed., 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Schwarcz Ltda., 2001.
- CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.



- GOTLIB, Nádya Battella. *Teoria do conto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 4ª edição, 1998, p. 13.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In *História e Memória*, São Paulo: Editora Unicamp, 1996, p. 419-476.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987, p. 145-151.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Ed. Vértice / Ed. Revista dos Tribunais, 1990.
- HUYSEN, Andréas. Passados presentes: mídia, política e amnésia. In *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.9-40.
- LIMA, Luiz Costa. *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Editora S.A., 1975.
- PEREIRA, Vera Lúcia Felício. *O artesanato da memória no vale do Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Editora PUC Minas, 1996.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Comunicação e cultura: a experiência cultural na era da informação*. Lisboa: Presença, 1994.
- ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. São Paulo, 1997.